



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**A FEIRA LIVRE NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU-PR: GENEALOGIA E
REGULAMENTAÇÃO**

LEANDRO BORGES RAGGI

Foz do Iguaçu
2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**A FEIRA LIVRE NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU-PR: GENEALOGIA E
REGULAMENTAÇÃO**

LEANDRO BORGES RAGGI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Alice Eleutério
Coorientadora: Prof^a Ma. Paula Vergili
Perez

Foz do Iguaçu
2017

LEANDRO BORGES RAGGI

**A FEIRA LIVRE NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU-PR: GENEALOGIA E
REGULAMENTAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Desenvolvimento Rural e
Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a. Dra. Ana Alice Aguiar Eleutério
UNILA

Prof. Dr. Antonio de la Peña Garcia
UNILA

Prof. Valdemar João Wesz Junior
UNILA

Foz do Iguaçu, 17 de Julho de 2017.

Dedico este trabalho a
Maria Helena e Paulo Sérgio,
meus queridos pais.
A Martina Piazza e Rafael Gomes,
grandes amigos.

AGRADECIMENTO (S)

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Governo Lula e Dilma, pois sem eles talvez nada disso teria acontecido, como podemos perceber com o governo ilegítimo, do Golpista e Entreguista Fora Michel Temer.

Gostaria de agradecer à Unila, por todos os sonhos que pude realizar dentro e fora da universidade.

Também agradecer a orientação, a paciência, a amizade e o respeito de minha orientadora Ana Alice Eleutério, por quem tenho muito apreço e admiração.

Agradecer a minha coorientadora Paula Vergili Pérez, pela participação na construção do meu curso, pelas conversas e pela amizade que criamos ao longo deste trabalho de conclusão de curso.

Aos meus tios, Edi e Pascoal, pelo apoio, pela atenção e pelo carinho de pai.

Gostaria de agradecer a Talita Lessa, por ter ficado todo esse tempo de estudos ao meu lado, na alegria de escrever, na crise teórica e no sonho de pesquisa, obrigado por ser essa pessoa linda, companheira, amiga e apaixonante que você é.

Agradeço a todos os envolvidos com a feira livre em Foz do Iguaçu, Paraná, que ajudaram de alguma forma a realização deste trabalho.

Aos amigos e amigas, do curso de Drusa, da Universidade e da cidade, agradeço por todos os dias que passamos juntos, pelo carinho e pela amizade. Em especial a Besna Yacovenco, ao Rafael Gomes e a Martina Piazza.

*Buena Vida,
Disfrute,
Sonrisas y
Colores,
que el Miedo
no me Detenga*

Martina Piazza

RAGGI, Leandro Borges. **A FEIRA LIVRE NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU-PR: GENEALOGIA E REGULAMENTAÇÃO**. 2017. Pg 51. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino – Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as feiras livres do município de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, em especial aspectos relacionados a genealogia e regulamentação das mesmas. Busca-se com esta pesquisa, compreender a história da feira livre no Brasil e as circunstâncias que levaram o desenvolvimento deste tipo de comércio em diferentes regiões do país, tomando como referência os estudos do antropólogo Darcy Ribeiro, Milton Santos e Josué de Castro. Além disso, este trabalho visa entender os processos de regulamentação da feira livre e a importância das feiras para segurança alimentar. Neste sentido, procurou-se apresentar, como estudo de caso, a distribuição e os processos de formalização e gestão, nos âmbitos formal e informal das feiras livres de Foz do Iguaçu, que surgiram em etapa posterior à construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu. Como metodologia de pesquisa para este estudo foram realizadas entrevistas com feirantes e representantes de órgãos públicos, pesquisas bibliográficas, história oral, visitação *in loco* e gravações audiovisuais.

Palavras-Chave: feira, segurança alimentar, gestão pública, organização, mapeamento.

RAGGI, Leandro Borges. **A FEIRA LIVRE NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU-PR: GENEALOGIA E REGULAMENTAÇÃO.** 2017. Pg 51. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino – Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar las ferias libres del municipio de Foz do Iguaçu, en el estado de Paraná, en especial aspectos relacionados a la genealogía y reglamentación de las mismas. Se busca con esta investigación, comprender la historia de la feria libre en Brasil y las circunstancias que llevaron el desarrollo de este tipo de comercio en diferentes regiones del país, tomando como referencia los estudios del antropólogo Darcy Ribeiro, Milton Santos y Josué de Castro. Además, este trabajo pretende entender los procesos de regulación de la feria libre y la importancia de las ferias para seguridad alimentaria. En este sentido, se buscó presentar, como estudio de caso, la distribución y los procesos de formalización y gestión, en los ámbitos formal e informal de las ferias libres de Foz do Iguaçu, que surgieron en etapa posterior a la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Itaipú. Como metodología de investigación para este estudio se realizaron entrevistas con feriantes y representantes de organismos públicos, investigaciones bibliográficas, historia oral, visitación in loco y grabaciones audiovisuales.

Palabras Clave: feria, seguridad alimentaria, gestión pública, organización, mapeo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A “Feira”, pintura que retrata a feira livre na Bahia.....	15
Figura 2 – Feira livre de Caruaru, mostrando casas, igreja e pequenos edifícios ao redor – Pernambuco (1960).....	18
Figura 3 – Barraca típica de feiras livres - Cidade de São Paulo, década de 1950.....	19
Figura 4 – Mapeamento da Feira Livre em Foz do Iguaçu.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Feiras e Mercados de caráter cultural em Foz do Iguaçu, segundo dados da Secretária de Turismo de Foz do Iguaçu.....	33
Tabela 2 – Art.4º Categoria e Critérios de Avaliação dos feirantes da Feira Livre das Nações.....	36
Tabela 3 – Feiras Livres em Foz do Iguaçu.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
DRUSA	Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
SINAC	Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento
CEASA	Central Estadual de Abastecimento S/A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SEMAB	Secretária Municipal de Abastecimento
FARTAL	Feira de Artesanato e Alimentos
APROFFOZ	Associação de Produtores Familiares de Foz do Iguaçu
DUC	Documento Único de Cadastro
CMC.	Cadastro Municipal de Contribuinte
SIMA-POA	Serviço de Inspeção Municipal de Alimentos e Produtos de Origem Animal
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão da Unila
FPPF	Feira Popular da Produção Familiar
CAISAN	Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A FEIRA LIVRE NO BRASIL.....	13
1.1 OS POVOS AFRO DESCENDENTES E A FEIRA LIVRE NA BAHIA.....	14
1.2 O SERTANEJO E A FEIRA LIVRE NO NORDESTE.....	16
1.3 A FEIRA LIVRE EM GRANDES CAPITALS: O CASO DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO.....	18
1.4 A FEIRA LIVRE E O SUL DO BRASIL.....	20
2 A ORGANIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE.....	22
2.1 A FEIRA LIVRE E A GESTÃO PÚBLICA.....	22
2.2 A FEIRA LIVRE E A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	24
3 A FEIRA LIVRE EM FOZ DO IGUAÇU.....	28
3.1 DA FOZ DO IGUAÇU À FOZ DO IGUAÇU: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO ATÉ A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU.....	29
3.2 A GENEALOGIA DA FEIRA LIVRE EM FOZ DO IGUAÇU	30
3.3 A FORMALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO.....	34
3.4 O REGULAMENTO DA FEIRA LIVRE DAS NAÇÕES: ARTE, ARTESANATO, ANTIGUIDADE E ALIMENTOS.....	36
3.5 MAPEAMENTO DA FEIRA LIVRE EM FOZ DO IGUAÇU	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXO A – Declaração do Feirante na Secretária da Fazenda	46
ANEXO B – Termo de Compromisso do Feirante na Secretária da Fazenda	47
ANEXO C – Lei que oficializa a Feira Livre em Foz do Iguaçu	48
ANEXO D – Cadastro Municipal do Contribuinte – CM e o Documento Único de Cadastro – DUC.	51

INTRODUÇÃO

Meu interesse por entender os processos de formação e organização das feiras livres surgiu a partir de experiências pessoais, como estudante do curso de graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Ainda durante a graduação, participei como cofundador de uma feira livre, como parte do projeto de extensão “Feira Popular da Produção Familiar do bairro Vila C”, em Foz do Iguaçu, Paraná. Ao acompanhar o processo de formação e consolidação da feira, pude vivenciar a realidade do trabalho com a terra, e entender o que significa produzir e comercializar alimentos em uma feira, e avaliar a importância de uma boa produção, distribuição e escoamento dos produtos. Assim, ao vivenciar o cotidiano dos feirantes, pude compreender as políticas públicas que perpassam o mundo rural e o urbano, aspectos antropológicos, sociológicos, de soberania e segurança alimentar.

Ainda como parte do projeto de extensão, tive contato com diversas instituições que auxiliam ou regulamentam as feiras no município. Uma análise inicial me levou a perceber semelhanças e problemas compartilhados por diversas feiras livres na cidade. Essa constatação me estimulou a pesquisar sobre os processos que levaram à formação e organização das feiras em Foz do Iguaçu. Assim, o trabalho está dividido em três capítulos, nos quais se oferece um contexto histórico sobre as feiras livres no Brasil, abordando aspectos organizativos e de segurança alimentar. Finalmente, descreve-se as feiras livres do município através de uma análise crítica dos temas mencionados.

No primeiro capítulo, aborda-se o histórico da feira livre no Brasil, e apresentam-se os principais fatores que contribuíram para o surgimento de feiras em distintas regiões. Neste sentido, foi realizado um levantamento que compreende informações sobre aspectos produtivos, políticos, sociais e culturais no país, para que estes sirvam para entender os motivos pelos quais a feira livre se desenvolveu neste território.

No segundo discute-se a regulamentação das feiras livres no âmbito municipal e o papel das mesmas em relação à segurança alimentar. Comprimida pelo novo mercado de varejo, pelas indústrias do setor agroalimentar e pelos supermercados desde o início dos anos 60 (MASCARENHAS, DOLZANI, 2008), a

feira livre se adaptou progressivamente à demanda alimentar das cidades, reinventando-se em distintas localidades, e, cumprindo distintos papéis na sociedade brasileira.

O terceiro capítulo trata de um estudo sobre as feiras livres na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, Brasil. Em um primeiro momento, apresenta-se o histórico de colonização da cidade até a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A partir desse histórico, busca-se compreender o surgimento da feira livre na cidade, partindo da análise dos principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento deste tipo de comércio e a maneira pela qual se deu a configuração das feiras livres na cidade.

1 A FEIRA LIVRE NO BRASIL

A palavra Feira deriva do latim *Feria*, que significa dia de festa, dia santo ou feriado (COLLA et al., 2007; COÊLHO; PINHEIRO, 2009). O sentido da palavra “livre” foi empregado neste trabalho para expressar liberdade na comercialização de produtos. Logo, na feira livre comercializa-se de tudo. Além disso, a feira livre pode ser entendida como um canal de escoamento da produção local:

Feiras Livres são eventos periódicos, que ocorrem em espaços públicos, aonde homens e mulheres realizam trocas comerciais de mercadorias, com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida. São parte de circuitos locais de comercialização, curtos, e podem propiciar o escoamento da produção agrícola local. Por esse e por outros motivos, podem colaborar com programas e estratégias de desenvolvimento local (PIERRI, VALENTE, 2008).

Historicamente, a feira livre no Brasil, utiliza os espaços públicos da cidade para comercializar sua enorme variedade de produtos. Dentre eles incluem-se artesanato, pratos da culinária local, produtos de origem agropecuária, e outros. As feiras ocupam as ruas e avenidas, igrejas, praças públicas e calçadas, trazendo vida para esses ambientes. Muitas vezes fazem a utilização de barracas com o fim de proteger os feirantes, seus produtos e os consumidores do sol e da chuva. As feiras livres se consolidaram ao longo da história como espaços de ocupação coletiva, de resistência e de demanda sociocultural:

Enquanto espaço da vida cotidiana, a feira livre viu sua sobrevivência ameaçada sobretudo a partir da década de sessenta, quando o automóvel invadiu a rua, rejeitando a feira livre e outras formas de apropriação coletiva das vias públicas. O mesmo automóvel que, ao propiciar ampla mobilidade intraurbana, promove o surgimento e expansão do ‘moderno varejo’ (supermercados e depois os shoppings centers), a condenar a feira livre. Mas a reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos da ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana. Requer também espaços de sociabilidade para além do confinamento confortável das modernas opções de consumo. Por isso as feiras resistem na paisagem urbana contemporânea: a grosso modo, pode-se dizer que por um lado há os que precisam sobreviver materialmente, por outro, aqueles que, resolvida a questão material, zelam pela sobrevivência sociocultural (MASCARENHAS, DOLZANI, 2008).

Neste sentido, para exemplificar a diversidade de contextos que desencadearam a formação e o estabelecimento de feiras livres em distintas localidades no Brasil, optou-se por apresentar este histórico em quatro partes. Primeiramente, faz-se uma leitura sobre a história da feira livre em referência aos estudos do Brasil Colônia efetuados pelo antropólogo Darcy Ribeiro, enfatizando a

relação entre a migração dos povos africanos e a feira livre. Em um segundo momento, aborda-se a inserção das feiras livres no contexto da expansão dos cultivos de cana-de-açúcar e colonização do nordeste brasileiro, período no qual o surgimento e crescimento das feiras livres acompanhou o desenvolvimento de diversas cidades da região. Em um terceiro momento, contextualiza-se as feiras em duas grandes metrópoles brasileiras, a cidade do Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo. Por fim, são apresentados estudos sobre a feira livre e a colonização no sul do Brasil.

1.1 OS POVOS AFRO DESCENDENTES E A FEIRA LIVRE NA BAHIA.

A cidade de Salvador foi a primeira capital do Brasil, segundo Ribeiro (1995). Nos fins do século XVI, já haviam 15,000 mil habitantes, morando na cidade.

Durante um século o Brasil como um todo é um país agrário, um país 'essencialmente agrícola', para retomar a célebre expressão do conde Afonso Celso. O Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização e, de Salvador, pode-se mesmo dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas, formada junta com a capital Baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centros de culturas comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo (SANTOS, 2002).

O artista plástico Hector Julio Paride Bernabó, mais conhecido como Carybé, é natural de Lanús, na Argentina e apaixonado pelo Brasil desde 1938, quando esteve de visita pela primeira vez. Logo, muda-se e passa a viver na Bahia, lugar escolhido para construir carreira artística. (MENDONÇA, 2012). Em suas obras retrata o cotidiano da Bahia, um recorte da vida, da paisagem e de modos de organização cultural e econômica. Na pintura abaixo, produzida em 1980, representa os costumes, as tradições e o cotidiano da feira livre na Bahia, com a comercialização de produtos alimentícios e artesanato a céu aberto.

Figura 1 - A “Feira”, pintura que retrata a feira livre na Bahia



Fonte: Carybé (1980)

Os colonizadores portugueses enriqueceram em grande medida através da exploração de recursos naturais, e posteriormente do plantio e comércio da cana-de-açúcar e da atividade dos engenhos no estado da Bahia (RIBEIRO, 1995). A cana-de-açúcar funcionou como alicerce para economia local e o tráfico de escravos no Brasil, foi um instrumento que permitiu a reprodução de um capital mercantil na colônia portuguesa. Para Acioli e Menz, “A acumulação de riqueza no interior da colônia (acumulação endógena), produzida pelo tráfico de escravos e pelo mercado colonial, permitiria à economia colonial brasileira resistir às conjunturas externas negativas” (ACIOLI, MENZ, 2008, p.44 e p.45).

A feira livre, nesse contexto, representou um espaço de construção de relações sociais, estabelecimento de alianças, e de trocas: “trocavam-se bens simbólicos, como notícias, modas, receitas, músicas, danças” (BERNARDO, 2005). Em 1871, a Lei do Ventre Livre concede a liberdade aos filhos de escravos. E é neste sentido que o comércio de rua ou a feira livre, representava para mulher afrodescendente e escrava uma oportunidade de alcançar, em menos tempo, a quantia em dinheiro necessária para comprar sua alforria.

Durante quase cem anos, os estudos que analisaram o negro no Brasil, se

não o viam como destituído de tudo, o viam como mercadoria, que no limite é quase a mesma coisa. Em outras palavras, o olhar era externo, mais do que isso, era o do colonizador, sobretudo do traficante e do 'senhor'. O africano, ao contrário, continuou tanto como criatura, quanto como criador. Dessa forma, durante a escravidão, na subterraneamente, o 'movimento das feiras' ocorriam em várias direções, iluminando uma outra visão da diáspora, anulando o caminho sem volta de uma única direção (BERNARDO, 2005).

Sobre músicas e receitas que remetem ao cotidiano da feira livre na Bahia, dois ilustres compositores da música popular brasileira escreveram canções que apresentavam a mulher, baiana, escrava, afrodescendente, cozinheira e feirante. Como na música "Tabuleiro da Baiana", de Ary Barroso (1936), onde o compositor apresenta na canção, características da culinária baiana, dos relacionamentos amorosos e da religião, como em trechos:

No tabuleiro da baiana tem: Vatapá, oi, caruru, mungunzá, tem umbu /Pra loiô / Se eu pedir você me dá o seu coração / Seu amor de laiá? / No coração da baiana tem: Sedução, canjerê, ilusão, candomblé (ARY BARROSO, 1936).

Na canção "*Vatapá*" (1942), Dorival Caymmi, cantor e compositor, interpreta o passo a passo da receita típica da culinária baiana, o Vatapá, que era vendido pelas ganhadeiras. Segundo Bernardo (2005), as ganhadeiras eram mulheres afrodescendentes, que compravam peixes dos pescadores locais, cozinhavam e saiam para vender na feira livre.

Buscou-se com esta breve passagem, compreender, a influência dos povos afrodescendentes no cotidiano da feira livre, desde a colonização portuguesa. Pretende-se com os próximos tópicos aprofundar sobre as questões históricas da feira livre no Brasil em outras regiões.

1.2 O SERTANEJO E A FEIRA LIVRE NO NORDESTE BRASILEIRO

A expansão urbana no nordeste brasileiro, deu-se através da economia pastoril: além do trabalho escravo nos engenhos e na cana-de-açúcar, também havia o trabalho com a vaquejada, expandindo o gado sertão adentro. O mestiço, mistura do homem branco com o crioulo, fazia este tipo de trabalho. A vaquejada aos olhos do mestiço, no sertão, era vista como uma oportunidade de trabalho, para não se tornar escravo (RIBEIRO, 1995).

A vaquejada os fazia percorrer longas distâncias sertão adentro, e nos pontos

de descanso, onde o vaqueiro permanecia por um tempo até seguir viagem, foram surgindo pequenas atividades de comércio e feiras.

No curso desse movimento de expansão, todo o sertão foi sendo ocupado e cortado por estradas abertas pela batida das boiadas. Estas marchavam de pouso em pouso, assentados todos eles nos locais de água permanente e de boa pastagem, de propiciar a recuperação do rebanho. Muitos desses pousos se transformam em vilas e cidades, célebres como feiras de gado, vindo de imensas regiões circundantes. Mais tarde, as terras mais pobres dos carrascais, onde o gado não podia crescer, foram dedicadas à criação de bodes, cujos couros encontraram amplo mercado. Esses bodes multiplicaram-se prodigiosamente por todo o Nordeste. Crescendo junto ao gado, transformam-se mais tarde na única carne ao alcance do vaqueiro (RIBEIRO, 1995).

Segundo Ribeiro (1995) as igrejas e os conventos eram as principais edificações na construção das cidades no Brasil colonial. As festas religiosas compunham o ambiente festivo para a aristocracia rural e as feiras semanais, missas e novenas deixavam a vida menos pacata no interior. Do ponto de vista do sertanejo, que vive e percorre a caatinga e o cerrado, espaço territorial superexplorado pela indústria açucareira e pela criação de gado, a feira livre não possui apenas função comercial, mas constitui também um espaço de trocas, socialização e de fomento, de laços comunitários, identitários e culturais. Neste sentido, a feira livre se desenvolve em condições que poderiam ser consideradas pouco propícias num ambiente pouco habitado, quente e com pouca precipitação:

[...] a presença das feiras livres é uma das mais importantes características, especialmente nas cidades nordestinas, porque possuem grande relevância econômico cultural para a população dessa região. São inúmeros os relatos sobre a evolução de cidades que tiveram o início marcado pela atividade mercantil e pela presença de uma feira, por estarem em rotas de comércio ou em situações geográficas benéficas. Muitas delas localizam-se principalmente nos centros das cidades construindo uma simbiose com o comércio e a vida social local, tal como aconteceu com Caruaru (PE). Lá, a feira se estabeleceu como ponto estratégico e consolidou uma das principais funções da cidade como lugar de trocas e serviços, onde múltiplos personagens estabelecem as mais diversas relações sociais [...] (MIRANDA, 2009).

Caruaru é uma cidade do estado Pernambucano e foi um fenômeno da expansão urbana no sertão. A feira livre representa o alicerce da economia local desde o início de sua história, como geradora de emprego e renda à população (Figura 2). Segundo Firmino (2016), os produtos mais vendidos na feira livre de Caruaru, são: vestuários, calçados, bijuterias, ferragens, artesanato em couro, arreios em geral e fumo.

Figura 2 - Feira livre de Caruaru, mostrando casas, igreja e pequenos edifícios ao redor - Pernambuco (1960).



Fonte: www.caruaru.pe.gov.br

A história da feira livre no nordeste brasileiro, remete a expansão urbana, ao desenvolvimento do comércio local, fortalecendo os laços sociais, costumes e tradições e a identidade do povo nordestino. A feira vai além da economia local, pois representa um modo de vida. O cotidiano de uma feira livre retrata a maneira em que a sociedade desta região se organiza economicamente e socialmente.

1.3 A FEIRA LIVRE EM GRANDES CAPITALIS: O CASO DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Este subcapítulo apresenta um breve histórico dos processos de formalização, regulamentação e desenvolvimento da feira livre em duas grandes capitais, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

A feira livre na cidade do Rio de Janeiro acompanhou a expansão urbana, fornecendo o alimento aos moradores locais. Como o município está localizado numa zona litorânea, o pescado foi um produto muito comercializado:

Desde a época colonial as feiras fazem parte do abastecimento alimentar da cidade do Rio de Janeiro. Há quatro séculos o povo do Rio costumava ir até o Largo do Paço para comprar os ingredientes da sua

comida, e, na atual Praça XV, barracas vendiam o pescado e outros gêneros que chegavam no porto. Apesar da venda de alimentos nas ruas e praças ser muito comum, este comércio foi pouco regulamentado até 1771, quando o Marquês do Lavradio, terceiro vice-rei do Brasil, oficialmente autorizou esta prática (STALCUP, 2000, p.8).

Segundo os autores, Mascarenhas e Dolzani (2008), no início do século XX, a feira livre cumpria o papel de escoar a produção de alimentos do município. No início da década de 30, com a expansão da malha rodoviária promovida pela gestão municipal, houve um incremento substancial no número de feiras no município: onde havia 14 feiras, passou-se a ter 42 feiras livres, seis para cada dia da semana.

Com o avanço dos processos de industrialização, entre o século XIX e XX, grande parte das indústrias do país se concentraram na cidade do Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo. Em 1920, a cidade de São Paulo contava com 3.629 estabelecimentos industriais, mas a maioria do que se consumia no município era proveniente de outras regiões do país (VAROTTO, 2006).

As feiras livres na cidade de São Paulo, funcionam desde o século XVII, mas foram devidamente formalizadas apenas no século XX. Inicialmente, havia uma oficialização para venda de produtos da terra, como hortaliças e peixes, em um local pré-determinado (Figura 3). O ano de 1948, é criada uma lei que determina uma feira semanal para cada bairro da cidade (BRASIL, Prefeitura de São Paulo, 2017).

Figura 3 - Barraca típica de feiras livres - Cidade de São Paulo, década de 1950.



Fonte: www.fotografia.folha.uol.com.br

Em um breve histórico de 1960 à 1990 sobre a feira livre na cidade de São Paulo, segundo os autores Junqueira e Peetz (2015), o município chegou a cadastrar cerca de 12.675 feirantes, em 1960. E entre os anos de 1970 à 1980, os trâmites administrativos tomaram conta do procedimento de formalização do feirante. Em 1990, com a proliferação dos Sacolões muitos feirantes desistiram da feira livre. Os Sacolões, segundo o SEBRAE (2017), surgiram em 1970 no estado de Minas Gerais e consistiam em locais onde eram vendidos produtos com preço único e acessível à população de baixa renda.

Sendo assim, este subcapítulo buscou apresentar, de maneira sucinta e objetiva, o histórico e a formalização da feira livre, no âmbito municipal, de duas grandes cidades brasileiras, assim como, compreender o desenvolvimento e o processo de consolidação.

1.4 A FEIRA LIVRE E O SUL DO BRASIL

A heterogeneidade cultural do povo sulino é uma característica, o diferenciou do povo de outras regiões do Brasil, tal como o define Darcy Ribeiro, quando se remete às três linhagens que colonizaram o sul do país:

Tais são os lavradores matutos de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o sul; os representantes atuais dos antigos gaúchos da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná, e, finalmente, a formação gringo brasileira dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas (RIBEIRO, 1995).

Segundo Nishikawa (2015) uma grande parte dos imigrantes europeus ou imigrantes vindos de outros países que chegaram a colonizar o sul do Brasil vieram motivados a tornar-se proprietários de terras. A criação de gado e a produção de erva mate foram atividades de suma importância para o crescimento econômico paranaense no século XIX.

A feira tradicional de Curitiba é um exemplo do comércio realizado desde o século XIX, com a chegada de imigrantes alemães, poloneses e italianos. Segundo a página oficial da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Curitiba, transportava-se os produtos (hortifrutigranjeiro) dos locais de produção para serem comercializados nas áreas centrais da cidade, onde os produtos eram expostos muitas vezes sobre as carroças nas quais eram transportados.

Marcada por fortes mudanças no âmbito político e econômico, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a região sul sofreu diversas transformações. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a instalação de colônias de povoamento promoveu a ocupação territorial com atividades em grande escala, levando à expansão do mercado consumidor, e ampliando estradas de escoamento da produção:

As áreas de campo, às primeiras a serem ocupadas, por elementos luso-brasileiros, apresentam características próprias, com grandes propriedades onde se pratica a pecuária extensiva e onde a ocupação humana é escassa. Grandes transformações vêm ocorrendo nessas áreas, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, com a instalação de colônias, e o desenvolvimento de lavouras comerciais e da pecuária leiteira, em consequência da ampliação dos mercados consumidores e da abertura de novas estradas, permitindo o melhor escoamento da produção. Destacam-se aí a cidade de Curitiba, no Primeiro Planalto; a cidade de Ponta Grossa – a terceira do Estado, nos Campos Gerais – que vem assumindo posição de cidade industrial, e Guarapuava, nos campos do mesmo nome, que, com a construção da BR-277, vem-se projetando dentro do Estado (IBGE, 2017).

Com a instalação das Colônias no sul e sua relação com o mercado de consumidores em expansão, surge a comercialização dos produtos coloniais, pelo qual Dorigon (2010) define por “um conjunto de produtos tradicionalmente processados no estabelecimento agrícola pelos agricultores – os colonos” - para o autoconsumo familiar, tais como salames, queijos, doces e geleias, conservas de hortaliças, massas e biscoitos”, entre outros. Estes produtos irão também compor a feira livre na região, com a chamada Feira do Produtor ou Feira do Colono.

Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros, etc. Todos eles muito mais marcados pelo que têm de comum como brasileiros, do que pelas diferenças devidas a adaptações regionais ou funcionais, ou de miscigenação e aculturação que emprestam fisionomia própria a uma ou outra parcela da população (RIBEIRO, 1995).

Este capítulo é uma síntese dos diferentes caminhos que contribuíram para a criação e expansão da feira livre no território brasileiro, assim como, no âmbito social-econômico, político e cultural.

2 A ORGANIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE

Este presente capítulo faz uma breve leitura da feira livre a partir da gestão pública e da segurança alimentar. Busca-se, portanto, contribuir para o entendimento nos processos de formalização da feira livre, assim como os aspectos econômicos e institucionais. E em um segundo momento, compreender o papel da feira livre na segurança alimentar.

2.1 A FEIRA LIVRE E A GESTÃO PÚBLICA

Busca-se neste capítulo, compreender a feira livre desde a esfera pública administrativa, ou seja, entender o papel da gestão pública municipal para com feiras livres.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica os trabalhadores e as empresas que atuam na economia informal, quando estes não estão devidamente regulamentados ou reconhecidos no âmbito Jurídico e Institucional (OIT, 2005). Para a OIT, a economia informal está relacionada com a pobreza, com a falta de instrução ou pela ausência de políticas públicas. Em todo caso, a feira livre adequa-se à classificação da OIT de economia informal. As feiras quando não devidamente reconhecidas juridicamente no âmbito municipal, resultam na atuação informal do feirante.

O geógrafo Milton Santos (1977), classifica as atividades da economia urbana usando os conceitos de circuito inferior e circuito superior, com origem e causa semelhantes, e interligados entre si. O circuito inferior da economia estaria ligado às atividades de pequena escala, exercidas pela camada mais pobre, sociedade e desprovida de recursos. Por outro lado, o circuito superior da economia representa a modernização tecnológica e o monopólio, aos moldes da indústria e do comércio de varejo. Sobretudo, o circuito inferior cumpre um papel regulatório na economia do circuito superior. Ou seja, cada circuito deve ser definido por um conjunto de atividades num dado contexto e pelo setor populacional que está ligado, no trabalho e no consumo.

Simplificando, pode-se afirmar que o fluxo do sistema superior está composto de negócios bancários, comércio de exportação e indústrias de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. O sistema inferior está essencialmente constituído por formas de fabricação de 'capital' não intensivo, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de

venda a varejo e pelo comércio em pequena escala e não-moderno (SANTOS, 1977).

Neste sentido, a feira livre compõe o circuito inferior da economia, associada ao comércio de pequena escala, aos serviços não modernos, como fora também mencionado e exemplificado no capítulo 1. Com a expansão urbana no Brasil nos anos 60, avança também a economia do circuito inferior e a formalização da feira livre ocorre por uma necessidade de organizar este tipo de mercado em meio a cidade, em um local apropriado com data e hora marcada, para começar e terminar.

A feira livre na cidade de São Paulo, por exemplo, é administrada pela Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura (SEMAB). A SEMAB estabelece as leis e normas que formalizam este tipo de comércio no município. O regulamento refere-se à instalação das barracas, à classificação dos diferentes tipos e grupos de mercadorias e às regras de higienização. (BERNARDO et al., SATO; OLIVEIRA, 2008). A partir dessa definição de leis e regras, o feirante passa a contribuir com o imposto de renda referente à atividade desempenhada, além de ter que cumprir com normas de higienização e salubridade. Dessa maneira, o feirante deixa de atuar na informalidade, como classificado pela OIT e passa a atuar neste tipo de atividade mediante autorização de um órgão municipal. Mesmo assim, não deixa de fazer parte do circuito inferior da economia, pois mesmo formalizada, a atividade continua sendo classificada como pequena escala e escassos recursos.

No caso da regulamentação da feira livre na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o processo de formalização implicou na diminuição do número de feirantes no município, assim:

Aproximadamente, entre as décadas de 1920 e 1960, as feiras livres dominaram o varejo da cidade, provocando o fechamento de inúmeros pequenos estabelecimentos comerciais. Transformadas em centros periódicos de grande volume de negócios varejistas (algumas feiras chegavam a reunir regularmente mais de quinhentos feirantes num único dia), os feirantes passam a pagar elevados impostos à administração municipal, em valores que podiam, frequentemente, ultrapassar os de estabelecimentos comerciais fixos (MASCARENHAS, DOLZANI, 2008; apud; SILVA, 1936:13).

O processo de regulamentação da feira livre, como pode-se verificar na citação apresentada acima, nem sempre atendeu a demandas dos produtores ou consumidores. O intuito da medida, neste sentido, foi para equilibrar o mercado

informal, frente a competição com o mercado formal, e concomitantemente, aumentar a arrecadação do município, fazendo com que os impostos sobre a atividade informal se equiparassem aos valores pagos por um estabelecimento comercial fixo na cidade.

2.2 A FEIRA LIVRE E A SEGURANÇA ALIMENTAR

Na década de 1930, com o movimento de Medicina Social, iniciou-se uma discussão sobre a fome no Brasil: neste grupo estava presente o médico Josué de Castro. Este tema reverberou no cenário político. Na mesma época criou-se a regulamentação do salário-mínimo, onde já se via certa preocupação em garantir alimentação para todo trabalhador (a) do campo e da cidade. A Lei N° 185 de 14 de janeiro de 1936, institui as Comissões de Salário Mínimo, no Governo de Getúlio Vargas, que parte da seguinte prerrogativa:

Art. 1º Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestando, num salário-mínimo capaz de satisfazer, em determinada região os Pais e em determinada época, das suas necessidades normais de *alimentação*, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1936).

A investigação e conscientização sobre a segurança alimentar associadas ao tema da fome, voltam a aparecer no Brasil em 1946, introduzida também pelo ilustre médico Josué de Castro, com a *Geografia da Fome* e posteriormente, com a *Geopolítica da Fome*, em 1950. Em seus estudos, Castro analisa a Fome no território brasileiro e a subdivide da seguinte maneira:

Das cinco diferentes áreas que formam o mosaico alimentar brasileiro, três são nitidamente áreas de fome: a Área Amazônica, a da Mata e a do Sertão Nordeste. Nelas vivem populações [pg. 59] que em grande maioria — quase diria na sua totalidade — exibem permanente ou ciclicamente as marcas inconfundíveis da fome coletiva. Nas outras duas regiões, a do Centro-Oeste e a do Extremo Sul, embora os hábitos alimentares estejam longe de ser perfeitos, não se apresentam, contudo, deficiências alimentares tão pronunciadas, a ponto de arrastarem a maioria da coletividade aos estados de fome. É verdade que também se manifestam nestas áreas os desequilíbrios e as carências alimentares, sejam em suas formas discretas, subclínicas, sejam mesmo em suas exteriorizações completas, mas sempre como quadros de exceção, atingindo grupos reduzidos, representantes de determinadas classes, e não massas inteiras de populações, quase sua totalidade, como ocorre nas três outras áreas alimentares do país. Num rigorismo tecnológico, que se faz necessário, são estas áreas do Centro e do Sul áreas de subnutrição e não propriamente áreas de fome (CASTRO, 1946).

O conceito de Segurança Alimentar logo foi inserido como pauta por órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), passando a efetivamente fazer parte dos debates a partir dos anos 60, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina. (RIGON, BÓGUS, 2016).

As feiras livres, historicamente, dialogaram com os princípios que norteiam a segurança alimentar. Como descrito no capítulo anterior, estiveram presentes na construção de cidades, na cultura popular, como canais de comercialização de alimentos, escoamento da produção e no abastecimento da população, em especial da população menos favorecida economicamente, de maneira acessível em quantidade e qualidade. Neste sentido, semelhante ao modelo da feira livre é impulsionada pelo poder público na década de 70 a criação das Centrais de Abastecimento de Alimentos municipais, os CEASAs.

Para Belik e Cunha (2015) as CEASAs criadas pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, o SINAC, entre os anos de 1972 a 1988, modernizaram o modo de organização das estruturas de produção e distribuição alimentar das cidades brasileiras. O papel da CEASA é “organizar o mercado através do estabelecimento de padrões e regras de comercialização e propiciar condições de competição para favorecer tanto os produtores rurais quanto os consumidores”. Não obstante, em 1980, com intuito de descentralizar a gestão e o controle da CEASA, o SINAC transfere essa responsabilidade para os estados e municípios.

Um modelo que se assemelha em alguns pontos às CEASAs é a Central de Produtores Hortifrutigranjeiros e Feirantes, que existe há 19 anos em *Ciudad del Este* no Paraguai. Atualmente, a Central é composta por 1.500 produtores, organizados em 104 comitês e 380 dirigentes. A iniciativa tem um caráter de feira livre. O objetivo da Central também é garantir a segurança alimentar das famílias participantes, fornecendo um espaço em que possam comercializar seus produtos. O produtor que comercializa na Central, produz: legumes, hortaliças, frutas, grãos, ervas medicinais, tubérculos, carnes, mel, queijo e farinha, dentre uma infinidade de produtos, através de técnicas agroecológicas, sem o uso de insumos químicos ou de agrotóxicos. Além de fortalecer a tradição e os costumes locais, a Central também cumpre o papel de inseri-los no mercado de trabalho. Dos 1.500 produtores que atuam na Central, apenas 380 feirantes que estarão presentes no ato da venda e nos dias de feira: o restante permanece em suas respectivas propriedades

executando tarefas de produção e do cotidiano da família. Assim, os 380 dirigentes viajam até a Central em *Ciudad del Este*, onde vão permanecer três dias acampados. A feira é centralizada e acontece em um galpão com dois anexos laterais, onde cada feirante é dividido por região. O interesse da organização da Central de Produtores e Feirantes é descentralizar a comercialização e expandir a feira em diferentes distritos na região leste do Paraguai. A feira acontece todas as semanas, durante três dias: na quarta, quinta e sexta, ao lado da Rodoviária intermunicipal de *Ciudad del Este* (RED RURAL, 2016).

Este trabalho busca analisar a feira livre do ponto de vista da segurança alimentar. Sobretudo, cabe ressaltar o marco institucional da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, com a Lei N° 11.346, criada pelo Governo Lula, no dia 15 de Setembro de 2006, nas seguintes considerações:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º) (BRASIL, 2006).

Assim com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 2006, as políticas públicas se desenvolvem no Brasil, no âmbito nacional e municipal. Nos municípios, são criados os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (COMSEAs) responsáveis por fortalecer as políticas públicas locais.

Outro aspecto importante da feira livre e da segurança alimentar, diz respeito a salubridade do alimento. Referente ao processo de manipulação e beneficiamento do produto, ou seja, questões sanitárias no ambiente de produção. Outro aspecto, também diz respeito a salubridade do ambiente, mas em relação ao local onde se comercializa os produtos, ou seja, boas práticas de higienização e manipulação do alimento no local da feira.

Por exemplo, na cidade de Toledo no estado do Paraná, a Secretária da Agricultura e Abastecimento em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, a EMATER criaram a Feira do Produtor. A feira acontece semanalmente, de terça-feira a sexta-feira, no horário das 16 h até as 21 h. O processo de fiscalização, que antecede a montagem das barracas, cuja responsabilidade e o papel é inspecionar a salubridade de produtos de origem

animal, esta tarefa é realizada através do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, o SIMA – POA. Responsável por inspecionar desde o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito entre outros quesitos, seu foco de atuação é na qualidade sanitária (CAISAN, 2016-2019).

Outro aspecto referente à segurança alimentar na feira livre, diz respeito à limpeza do ambiente onde se realiza a comercialização dos produtos. Esta responsabilidade é uma escolha particular do poder público de cada município. No caso de Toledo, por exemplo, a responsabilidade em administrar e zelar pela salubridade na feira do produtor, fica a cargo da Secretária de Agricultura e Abastecimento e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Por outro lado, no caso da cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, que fica há uma distância de 154 km da cidade de Toledo, a feira livre é administrada e organizada pela Fundação Cultural. (BRASIL, 2008).

A feira livre, a segurança alimentar e o poder público, podem promover juntas, políticas públicas que promovam a saúde, a educação, a cultura, o esporte, pois quando se pensa em segurança alimentar, se pensa em toda uma cadeia de fatores que a alimentação adequada pode influenciar na vida da população.

3 A FEIRA LIVRE EM FOZ DO IGUAÇU

O objetivo desta pesquisa constituiu em quantificar e qualificar as feiras presentes no município de Foz do Iguaçu, de acordo com a organização, gestão e representatividade no âmbito jurídico, institucional e no âmbito informal, através de acordos verbais e sem vínculo ou autenticidade jurídica. Como metodologia de pesquisa para este estudo foram realizadas entrevistas com feirantes e representantes de órgãos públicos, revisão bibliográfica sobre a história do município e também coleta de dados através da história oral, visitação *in loco* e gravações audiovisuais.

O município de Foz do Iguaçu está localizado no bioma Mata Atlântica, na região oeste do Paraná, margeado pelo rio Iguaçu, pelo rio Paraná e pelo Lago de Itaipu. Localiza-se na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Dentre os municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itaipu na década de 1970, Foz do Iguaçu perdeu grande parte de suas terras com o represamento do rio e a formação do lago de Itaipu. Anteriormente, era considerado um dos maiores municípios em extensão do estado do Paraná. Segundo Paiva(2014), em um diagnóstico sobre o plano de desenvolvimento econômico da cidade, antes da construção da Usina em 1970, o município com pouco mais de 30 mil habitantes possuía uma área equivalente a 15% do estado do Paraná, e posteriormente, passou a ser um dos menores municípios do estado em extensão, com aproximadamente 618.352 km². Atualmente, o município tem 256.088 habitantes, segundo dados do último censo populacional realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

Tendo em vista o crescimento populacional desproporcional do município, e considerando os impactos sobre a demanda de alimentos, este trabalho enfocou-se em construir a genealogia da feira livre no município de Foz do Iguaçu pós construção de Itaipu. Assim como, para entender a realidade da feira livre na atualidade, este trabalho investiga também fatos históricos que corroboraram para a consolidação do município e o desenvolvimento da economia local e assim, compreender o papel da feira livre no município, sua disposição e o histórico da formalização.

3.1 DA FOZ DO IGUAÇU À FOZ DO IGUAÇU: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO ATÉ A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU

No dia 15 de julho de 1889, depois de sete meses e vinte dias de viagem, chega a Foz do Iguaçu o tenente Firmino fundador da primeira Colônia Militar que iria se instalar na região. Explorar a região não foi tarefa fácil. Além do perigo eminente de sofrerem ataques de animais selvagens, a tropa passou por 210 cursos d'água desde Guarapuava até Foz do Iguaçu. No caminho, os militares se alimentavam de carne de anta e tatu, entre outros animais nativos: não houve consumo de nenhum tipo de farinha e sal em todo percurso (LIMA, 2001).

A qualidade das terras ocupadas pela Colônia Militar, a riqueza e a biodiversidade encontrada nesta região é uma narrativa encontrada desde o princípio, em relatos históricos das primeiras colônias, como por exemplo:

Nas terras descritas, um hectare plantado de milho produz três mil e tantos litros. O de feijão a proporção é igual, notando-se um caso excepcional, que o autor destas linhas anotou; a colheita da quarta de um hectare de terra plantado de feijão-preto produziu quase quatro mil litros. É surpreendente (BRITO, 2005).

A primeira Colônia Militar que se consolidou na Foz do Iguaçu, originou-se de uma expedição composta por 89 tripulantes, dentre eles, oficiais, soldados, operários, mulheres e tropeiros. Ficou notório para o grupo a abundância de água, além da presença de muitas árvores e plantas compondo a paisagem. No entanto, este território não era inóspito, era habitado por nove brasileiros, cinco franceses, dois espanhóis, noventa e cinco argentinos, duzentos e doze paraguaios e um inglês, além do povo Guarani que habitava toda a região muito tempo antes da chegada dos colonizadores. (BRITO, 2005). O povo Guarani considerava a região onde hoje se encontra a tríplice fronteira um lugar sagrado.

Após a colonização a militar, já na metade do século XX, na região era muito comum o escambo, entre brasileiros e habitantes dos países vizinhos, Paraguai e Argentina (STEFANUTTI, 2005). Era só atravessar o rio e trocar “porco e galinha por azeite, farinha e galletas, alho, grasa de gado”.

No livro “Índice de Desenvolvimento Sustentável Local”, o economista Ricardo Correa (2015), subdivide a história econômica do município em quatro ciclos: entre os anos de 1870 a 1970, o ciclo é fundamentado na extração e comercialização da

madeira e erva-mate. O segundo ciclo se passa entre os anos de 1970 a 1980, marcado pela construção e consolidação da Usina Hidroelétrica de Itaipu. Entre os anos de 1985 e 1990, é marcado pela abertura do comércio de exportação, com o turismo de compra e venda. E por fim, o último ciclo pós 1990, com a globalização e abertura do mercado de importação e a consolidação do turismo local, como alternativa para o desenvolvimento local.

A construção da Usina de Itaipu foi, sem sombra de dúvidas um marco que definiu em grande medida os rumos da cidade de Foz do Iguaçu. Em 1970, a média populacional no município era de 30 mil habitantes. Entre 1970 e 1980, o número de habitantes quadruplicou a uma média de 130 mil habitantes. Três novos bairros surgiram para abrigar os trabalhadores da Usina, as Vilas A, B e C.

Uma nova cidade foi construída para abrigar uma massa de 40.000 trabalhadores, que migraram de distintas regiões do país para a cidade (OLIVEIRA, PIRES, ZANELLA, 2012).

Com a expansão urbana de Foz do Iguaçu, as novas vilas eram de suma importância para o progresso da Usina. Cada trabalhador foi distribuído nos bairros com base no nível de escolaridade básico, técnico e profissionalizante. Ou seja, o operário de nível básico morava na Vila C, o profissional de nível técnico na Vila A e os profissionais formados com nível superior, na Vila B (SOUZA, VICTAL, 2011).

Neste contexto, de expansão urbana e outras transformações trazidas pela construção de Itaipu que surgiram os primeiros relatos sobre a feira livre na cidade de Foz do Iguaçu. Como foi mencionado em outros capítulos, no município também a feira livre serviu e serve como um canal de comercialização e abastecimento de alimentos, que reuni agricultores locais em pontos de venda em meio à cidade.

3.2 A GENEALOGIA DA FEIRA LIVRE EM FOZ DO IGUAÇU

A história da feira livre em Foz do Iguaçu pode ter sido iniciada antes mesmo da construção da Usina de Itaipu em 1970, afirma Rigotti (2017), assessor de Cultura da Fundação Cultural no município. Segundo ele, havia vendedores ambulantes, originários do Paraguai e da Argentina, que ficavam próximos à Avenida Brasil, uma das avenidas mais antigas da cidade, onde se instalaram a primeira agência do correio, a prefeitura, delegacia e lojas comerciais. Atualmente nesta

região, um pequeno grupo de mulheres de nacionalidade paraguaia, montam diariamente pequenas barracas onde comercializam: ervas medicinais, amendoim, feijão, pães, hortaliças, tubérculos, legumes, farinha de milho e alho.

Igualmente o Sr. Joaquim (2017), morador do Recanto da Paz, Agroecologia e Turismo Rural, agricultor e feirante de Foz do Iguaçu, em entrevista mencionou não saber sobre a existência da feira livre formal na cidade antes da construção da Usina de Itaipu. Atualmente, participa de duas feiras livres. Em sua propriedade, além de produzir e comercializar produtos, como: hortaliças, legumes, lácteos (leite, queijo e manteiga), frutas, mel e ervas medicinais, também executa atividades relacionadas ao turismo rural.

L. Roberto, morador de Foz e feirante há 10 anos, afirma também desconhecer qualquer feira que tenha acontecido antes de Itaipu. Roberto, como muitos outros feirantes da cidade é um atravessador na feira livre, compra produtos coloniais da região e revende em cinco pontos diferentes, dentre eles a feira do bairro do Morumbi, Vila A, Jardim Libra, Vila Yolanda e no centro da cidade. Na feira ele vende banha de porco, pinga, vinho, conservas (pimenta e legumes), queijo, manteiga, rapadura, melado, salame, vinagre, colorau e mel.

A primeira feira livre da qual se tem conhecimento, segundo Sr. Joaquim foi criada por ele e outros amigos agricultores em 1986, na Avenida Juscelino Kubitschek, paralela à avenida Brasil, também no centro da cidade. Segundo Rigotti (2017), a feira de agricultores, no início, nem sempre permanecia em um lugar fixo, mas com a reforma da avenida Brasil em 2004 e 2005, a feira fixou-se em meio ao trânsito de veículos, na avenida Juscelino Kubitschek.

No ano de 2007, em frente à Fundação Cultural, foi criada a Feira do Antiquarium, espaço utilizado para comercialização de tecidos e móveis de madeira e outros, produtos do artesanato local.

Segundo Rigotti (2017) os gestores da Fundação Cultural neste mesmo ano, realizaram uma pesquisa *in loco* na feira dos agricultores onde avaliaram questões relacionadas a logística, infraestrutura e organização da mesma. Depois de analisar a pesquisa, em uma conversa com os feirantes da feira do agricultor, propuseram uma parceria, que viria unir a Feira do Antiquarium com a feira dos agricultores, pois juntos teriam maior visibilidade e variedade de produtos. Essa união entre as duas feiras mencionadas originou a Feira Livre das Nações Arte, Artesanato, Antiguidades

e Alimento.

A Feira Livre das Nações foi devidamente formalizada com a criação da Lei nº 3427 no dia 28 de fevereiro de 2008. A lei oficializou a união da feira de agricultores e a Feira do Antiquarium e estabeleceu, conseqüentemente, uma normatização que serve atualmente para o restante das feiras livres da cidade. Tal regulamentação trata da venda direta de produtos comuns, da exposição e do comércio de produção artesanal de pessoas residentes no município e proíbe terminantemente, a comercialização de produtos de origem informal. No entanto, com a falta de uma fiscalização adequada, atualmente é possível notar na feira livre a comercialização de produtos oriundos da informalidade.

A lei regulamenta ainda, a organização do espaço físico, como também a higienização das barracas, a gestão dos resíduos e prevê multas e até o cancelamento da matrícula com o descumprimento das normas. A verificação da origem dos produtos, vendidos nas feiras livres, emissão de documentos necessários para o comércio de determinados produtos, e a fiscalização dos produtos e espaços de venda ficam a cargo da Secretaria da Fazenda. Cabe esclarecer que a feira livre em Foz do Iguaçu tem um caráter livre, de uma feira na qual realmente vende-se de tudo o que não necessariamente ocorre em todas as feiras livres.

Apesar das feiras livres ocorrerem no município apenas a partir de 1986, sabe-se da existência de eventos de feira, como por exemplo, a Feira de Artesanato e Alimentos (FARTAL) evento que ocorre ainda na atualidade com frequência anual. Sua primeira edição ocorreu em 1977, e se originou de uma parceria com o poder público de Foz do Iguaçu. (BRASIL, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2017).

Segundo a página oficial da Secretária de Turismo de Foz do Iguaçu, as feiras de caráter cultural no município se apresentam no Quadro 1, da seguinte maneira:

Tabela 1 - Feiras e Mercados de caráter cultural em Foz do Iguaçu, segundo dados da Secretária de Turismo de Foz do Iguaçu

FEIRA	HISTÓRICO
Feira Iguaçu	Originalmente situada à rua Engenheiro Rebouças, a Feira Iguaçu existe desde 1992 e até o ano de 2005 permaneceu no mesmo local, quando então se mudou para a avenida Brasil. Atualmente tem funcionado no antigo endereço. Conta com boxes que comercializam diversos produtos como roupas, calçados, brinquedos, artesanatos, bijuterias, além de produtos típicos e lembranças da região.
Feira do Peixe Vivo	A feira acontece tradicionalmente na Semana Santa, época em que o consumo de peixe aumenta em razão dos costumes católicos. É realizada no estacionamento da antiga Cobal, na Vila A de Itaipu. Os piscicultores têm a oportunidade de fazer a venda direta do produto para o consumidor e a população têm a possibilidade de adquirir produtos frescos e de qualidade com origem comprovada. Participam da feira aproximadamente 20 produtores rurais incluindo os piscicultores, que oferecem espécies como pacu, tambacu, carpa, tilápia, entre outros.
Feira da Agricultura Familiar	Organizada pela Associação dos Produtores Familiares de Foz do Iguaçu – Aproffoz, funciona de terça a quinta no Centro de Comercialização da Agricultura Familiar ao lado do Centro Municipal de Turismo. Na feira são comercializados frutas, verduras, legumes, geleias, compotas, cachaças, pães, bolachas caseiras, diversos tipos de produtos in natura e transformados, produzidos pela agricultura familiar de forma convencional, e ainda produtos orgânicos e artesanatos.
Feira Antiquarium	Feira de artesanato, antiguidades, objetos de colecionadores, gastronomia, troca, compra e venda de produtos diversos. A feira é realizada na terceira pista da avenida Juscelino Kubitschek, aos domingos, das 8 h às 13 h, e reúne artesãos, artistas, músicos, além dos feirantes que expõem diversos produtos como verduras, mudas de plantas e produtos caseiros (pães, queijos, salames, conservas, mel, entre outros).
Feira de Sabores Coloniais	A Feira de Sabores é uma promoção conjunta da Prefeitura de Foz do Iguaçu, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Instituto Emater, Sindicato Rural e Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária (Cooafas). Com aproximadamente 600 produtos trazidos diretamente da agroindústria de toda região, o evento reúne mais de 40 produtores de Foz, São Miguel, Missal, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Prudentópolis, além de ONGs e entidades assistenciais na parte gastronômica. Entre a variedade de produtos e sabores serão oferecidos, ainda, panificados, queijos, embutidos, defumados, mel e derivados, licores e sucos, frutas desidratadas, frutas cristalizadas, derivados da cana e outros.

Fonte: <http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=1230>

Contudo, este estudo identificou que este quadro possui informações desatualizadas, a Feira do Antiquarium não utiliza atualmente esse nome, já que se fundiu à feira de agricultores, formando a Feira Livre da JK. A Feira da Agricultura Familiar da Aproffoz, fechou no começo do ano de 2017.

3.3 A FORMALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO

A Lei nº 3427/2008 designa qual órgão deve ser responsável por fiscalizar e administrar a feira livre em Foz do Iguaçu. Neste sentido, cabe à Fundação cultural cadastrar e administrar e à Secretaria da Fazenda fiscalizar as feiras livres no município.

A Secretária da Fazenda, como mencionado anteriormente, é o órgão responsável por emitir o documento que permitirá ao feirante ou o ambulante comercializar em pontos de feira pela cidade. A Secretaria solicita a cada feirante, uma declaração assinada contendo informações detalhadas sobre os produtos que serão comercializados. Solicita também um termo de compromisso, no qual o feirante se compromete a respeitar a legislação sobre exploração do trabalho infantil. Por fim, para poder participar de uma feira livre o feirante precisa ainda providenciar dois documentos, o Documento Único de Cadastro (DUC) e o Cadastro Municipal de Contribuinte (CMC). Assim como, descrito no Decreto número 22.831, de 17 de Janeiro de 2014:

Art. 2 – Ficam obrigadas a efetuarem inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que venham a exercer habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer atividade econômica, financeira, social, desportiva, religiosa, que tenham ou não finalidade lucrativa, e demais atividades afins, urbanas ou rurais, como meio para posterior obtenção das licenças e lançamento dos tributos devidos (BRASIL, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2017).

Criado em 1997, o Serviço de Inspeção Municipal de Alimentos e Produtos de Origem Animal (SIMA-POA) está localizado na Secretaria de Agricultura municipal, atuando na inspeção sanitária e industrial. Segundo página oficial da Prefeitura (2016), cabe a este órgão, fiscalizar todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, em todos os estabelecimentos que produzam matéria-prima, manipulem, beneficiem, transformem, industrializem, preparem, acondicionam ou embalem produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos vegetais. Thérbio Moreira é responsável pelo SIMA-POA no município de Foz do Iguaçu. Segundo ele, o conhecimento e uma melhor interpretação das leis que afetam o agricultor poderiam beneficiar as feiras livres no município, desburocratizando-as:

Todo agricultor, ele é feirante nato, tanto por uma lei estadual quanto por uma lei municipal. Então, quer dizer, não tem necessidade de um agricultor ter um alvará de feirante, pois se o agricultor que tivesse um alvará rural, por exemplo, automaticamente venderia em qualquer feira, ele teria portas abertas para qualquer feira. Só que, a Fazenda não reconhece, nem a Fundação cultural, por desconhecimento de legislação. Se você pegar a lei estadual da nota do produtor, ela fala, tanto é que tem os códigos ali, sai de uma propriedade para uma feira. O colono faz uma nota, que sai da terra dele para aquela feira lá. Se vendeu, vendeu, se não vendeu ele retorna de novo com a matéria (MOREIRA, 2017).

Ou seja, o processo de regulamentação pelo qual todo feirante passa antes de poder comercializar seu produto em uma feira depende de uma articulação órgãos municipais, no caso a Secretaria da Fazenda e a Fundação Cultural.

A Secretária do Meio Ambiente não é mencionada diretamente na lei nº3427/2008. Porém, segundo Moreira (2017), a Secretária também tem um papel importante a cumprir na feira livre, pois, cabe a ela programar, formular e executar políticas de meio ambiente. De acordo com as diretrizes do plano diretor e de modo geral, a feira se inclui na descrição do plano de atuação, assim como descrito nos objetivos da Secretária do Meio Ambiente:

[...] prover a implantação de parques, praças, ver projetos e medidas tendentes ao incremento e à disponibilização de áreas verdes para uso da população e para o aumento a relação habitantes; combate permanente à poluição ambiental, visual e sonora; desenvolvimento de projetos e ações destinadas a dotar a fisionomia urbana de embelezamento paisagístico; a fiscalização das reservas naturais urbanas; coordenar e executar a política dos serviços de utilidade pública, a limpeza urbana, serviços de coleta de entulhos, reciclagem e disposição final do lixo e resíduos industriais, por administração direta ou através de terceiros, os serviços de limpeza; formular, coordenar, executar e fazer executar, em estreita articulação com a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Socioeconômico, Indústria e Comércio e de acordo com as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, bem como a manutenção e administração do Jardim Zoológico, prover e manter hortos, assessorar o Prefeito nos assuntos de sua competência e que nesta condição lhe forem cometidos e fornecer dados e informações a fim de subsidiar o processo decisório (BRASIL, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2017).

Em síntese, a organização da feira livre em Foz do Iguaçu acontece através de uma parceria entre secretarias do município, dentre elas: a secretaria da Fazenda, do Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento e a Fundação Cultural. Cabe a elas a responsabilidade sobre a prestação de serviços, prevista em lei, tal como o dever de organizar, planejar e fiscalizar a feira livre, cada qual com suas especificidades na área de atuação.

3.4 O REGULAMENTO DA FEIRA LIVRE DAS NAÇÕES: ARTE, ARTESANATO, ANTIGUIDADE E ALIMENTOS

Segundo o regulamento da Feira Livre das Nações, Arte, Artesanato, Antiguidades e Alimentos de 2016, o papel administrativo da Fundação Cultural para com feira é promover o empreendedorismo e a cultura local, assim como:

Compra, venda e troca de antiguidades; artigos colecionáveis e similares; peças diversas produzidas por pequenas empresas, associações e entidades; oportunizar a geração de renda para os artesãos, artistas e os microempresários; e a criação e implantação de espaços culturais que contribuam para a animação e dinamização dos locais (REGIMENTO FEIRA LIVRE DAS NAÇÕES, 2016).

Para expor na Feira Livre das Nações o feirante deve inscrever-se na Fundação Cultural, onde apresentará: fotocópia do comprovante de residência; duas fotografias 3x4 recentes; o histórico descritivo dos produtos que pretende expor e vender; declaração contendo os nomes de duas pessoas, anexadas fotocópias da carteira de identidade e comprovante de residência, que possam substituí-lo em eventuais impedimentos ou que venham a auxiliá-lo em seu trabalho na Feira. O feirante não paga para realizar seu cadastro na Fundação cultural.

Está previsto neste regulamento, que a administração da feira livre tem que realizar reuniões sempre quando for necessário, coordenar apresentações artísticas, proceder vistoria aos produtos que serão expostos na feira e realizar relatório mensal das atividades realizadas.

As especificidades, como horário de funcionamento (Manhã: 5 h às 13 h; Noite: 17 h às 22 h), o tamanho máximo da barraca (barraca simples: 3mx3m; Trailers 5 m; *Food Trucks* 10 m), como também, regras e obrigações do feirante referente ao horário preestabelecido para a montagem e desmontagem das barracas estão descritas no segundo capítulo do regulamento. O art. 7º destaca que o dever do feirante é permanecer na feira do início ao fim, deixar higienizado o local de trabalho com lixeiras, apresentar crachá quando solicitado e estar com ele quando estiver trabalhando na feira. E por fim, estar atento ao trabalho infantil e a “terceiros” que não estão autorizados a permanecer do lado de dentro da barraca. No caso do descumprimento deste regulamento é previsto punição, desde suspensão ao cancelamento da credencial na feira. E na disposição final é vedada qualquer manifestação política, partidária, ideológica e religiosa na feira livre. Os critérios de

avaliação do expositor estão descritos no regulamento da feira livre das nações, que categoriza os feirantes de acordo com os critérios identificados na Tabela 2:

Tabela 2 – Art. 4º Categoria e Critérios de Avaliação dos feirantes da Feira Livre Das Nações

CATEGORIA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Artista Plástico	Terão seus trabalhos submetidos à Comissão de Avaliação, considerando-se a proposta de trabalho inicial, a matéria-prima, a perícia técnica, a porcentagem de trabalho manual, a produção de grau de originalidade e estética
Artesão	Terão seus trabalhos submetidos à Comissão de Avaliação, considerando-se a proposta de trabalho inicial, a matéria-prima, a perícia técnica, a porcentagem de trabalho manual, a classificação do artesão, a produção, o grau de tipicidade e estética
Antiquário	Terão seus trabalhos submetidos à Comissão de Avaliação, considerando-se a proposta inicial de trabalho e a qualidade dos produtos expostos, que deverão apresentar percentual igual a 70% de peças antigas, podendo o restante ser composto por peças mais recentes, que não sejam produzidas ou comercializadas, impreterivelmente.
Livros, revistas e artigos	Serão submetidos à Comissão de Avaliação
Praça de Alimentação	Deverão apresentar alvarás de seus equipamentos; notas fiscais de mangueiras de gás dentro da validade e selo do Inmetro, um extintor ABC 6K, carteirinha de vigilância sanitária, uniformes brancos, toucas e luvas para manipulação dos alimentos.

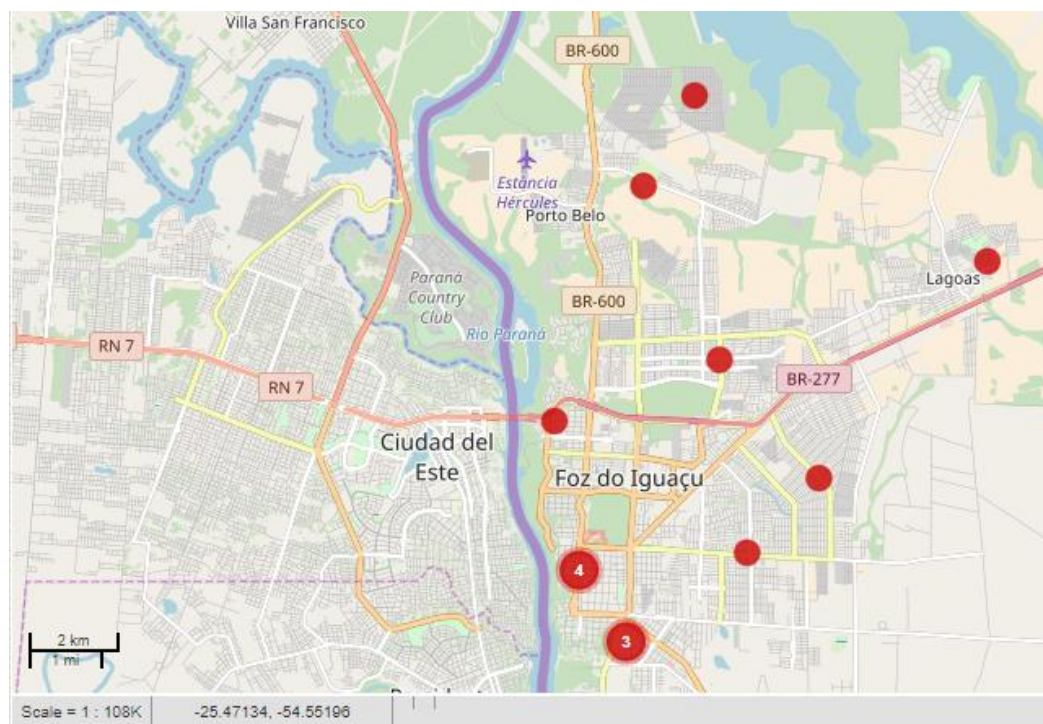
Fonte: Regulamento da Feira Livre das Nações (2016)

Cabe salientar que na Tabela 2 não há uma categoria, que contemple a função do feirante agricultor na feira livre, ou seja, não há uma referência que se dirija ao produtor como integrante da feira. Além disso, esse regulamento não especifica a função de um representante ou organizador da feira livre.

3.5 MAPEAMENTO DA FEIRA LIVRE EM FOZ DO IGUAÇU

Para melhor identificar as feiras do município, elaborou-se o mapeamento apresentado na Figura 4, disponível no *link*: <https://feiraslivresdefozdoiguacu.crowdmap.com>.

Figura 4 – Mapeamento da Feira Livre em Foz do Iguaçu



Fonte: <https://feiraslivresdefozdoiguacu.crowdmap.com>

Para entender como a feira livre está distribuída no município, é de suma importância identificar quais feiras fazem parte do Circuito de Feiras Livre das Nações e quais feiras estão fora deste circuito. Ou seja, o circuito de Feiras Livres das Nações tem como objetivo integrar as possíveis feiras que existem na cidade. No entanto, o circuito é composto por sete das quatorze feiras livres mapeadas neste trabalho, composta pela: Feira Livre da JK, Feira Livre da Praça da Bíblia, Feira Livre do Morumbi, Feira Livre da Vila Yolanda, Feira Noturna do Bosque Guarani, Feira Livre da Vila A e Feira Popular da Produção Familiar.

A Tabela 3 apresenta a quantidade de feiras livres que foram mapeadas, com nome, horário de funcionamento, dias da semana em que a feira acontece e a quantidade de barracas em cada uma delas.

Tabela 3 - Feiras Livres em Foz do Iguaçu.

FEIRA LIVRE	HORÁRIO	DIA DA SEMANA	BARRACAS
1. Feira Livre da JK	7 h às 13 h	Domingo	120
2. Feira Livre da Vila A	7h30 às 12 h	Quarta	De 5 a 10
3. Feira Livre do Morumbi	7h30 às 12 h	Quinta	De 5 a 10
4. Feira Livre da Vila Yolanda	7h30 às 12 h	Sexta	De 5 a 10
5. Feira Livre da Praça da Bíblia	7h30 às 12 h	Sábado	De 5 a 10
6. Feira Livre do Bosque Guarani	17 h às 22 h	Sexta	De 60 a 80
7. Feira Livre da Praça do Boulevard	16 h às 22 h	Sexta	De 10 a 15
8. Feira Popular da Produção Familiar	7h30 às 12 h	Domingo	De 3 a 4
9. Feira Iguaçu	Horário Comercial	Segunda á Sábado	De 5 a 10
10. Feira Livre São João	7h30 às 12 h	Domingo	X
11. Feira Livre e Brechó e Alimentos	Horário Comercial	Segunda á sábado	De 5 a 10
12. Feira agroecológica	16 h às 22 h	Terça	1
13. Feira Livre Paraguaia 1	Período Comercial	Segunda á Sexta	De 3 a 4
14. Feira Livre Paraguaia 2	Horário Comercial	Segunda á Sexta	De 1 a 2

Fonte: Elaboração própria.

As feiras livres em Foz do Iguaçu, na maioria dos casos, são batizadas com o nome do local onde a feira acontece, principalmente com nomes de rua, praça ou bairro. De modo geral as feiras estão distribuídas por toda cidade, desde áreas centrais, como é o caso da Feira Livre na Avenida Juscelino Kubitschek às áreas mais periféricas, onde estão localizadas a Feira livre no bairro Morumbi, ou mesmo a Feira Popular da Produção Familiar, no bairro Vila C.

Na pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho, identificou-se que a primeira feira livre em Foz do Iguaçu surgiu após a construção da Usina de Itaipu, e iniciou-se na Avenida Juscelino Kubitschek há 30 anos, com agricultores locais. Em sequência, a feira livre na Praça da Bíblia, no Bairro Jardim Libra, é a segunda mais antiga, com 27 anos.

A segunda geração da feira livre em Foz do Iguaçu pós construção de Itaipu acontece em dois bairros distintos. A Feira Livre no bairro Morumbi é montada em praça pública há mais de 15 anos. A Feira Livre no bairro da Vila A ocorre em um terreno baldio ao lado do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, também há 15 anos.

Dentre as feiras que surgiram em Foz do Iguaçu, mais recentemente, duas delas aconteceram por influência direta de duas Universidades locais. A Feira Agroecológica inaugurada em 2016, pela Universidade Estadual Oeste do Paraná

(Unioeste), representa uma iniciativa que também acontece em outro campus da região oeste. A Feira Popular da Produção Familiar (FPPF) originou-se em 2015, por meio de uma iniciativa de estudantes do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança alimentar, em parceria com Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Unila.

Na cidade, também existem duas feiras permanentes, a Feira Livre do Iguaçu, de produtos artesanais, localizada no centro da cidade, a Feira livre que comercializa Roupas de Brechós e Alimentos, próximo a Ponte da Amizade, na Vila Portes.

Os feirantes que compõem as feiras livres em Foz do Iguaçu, em muitos casos, vendem seus produtos em mais de uma feira, em distintos dias da semana. Um dos entrevistados, o Sr. Joaquim, por exemplo, participa de duas feiras durante a semana. Outro entrevistado, L. Roberto participa de cinco feiras no município semanalmente.

Cabe ressaltar, mesmo que sejam exigidos por lei, ou não estejam presentes no regulamento das feiras livres a função de um representante, ao menos as feiras da JK, Praça da Bíblia, Vila A e do Morumbi são representadas pelo feirante Rafael Dalla Rosa. Ele e sua família trabalham na feira livre com um trailer de pastel e caldo de cana.

Sobre o alimento na feira livre, os produtos coloniais, como o salame, queijo, banha, cucas, vinho, entre outros, estão presentes na maioria das feiras livres da cidade. Sobre o comércio informal na feira livre, segundo Rigotti (2017) nota-se uma certa dificuldade em fiscalizar os produtos que são trazidos de outros países, como no caso do Paraguai ou da Argentina.

Este trabalho faz uma breve leitura sobre a feira livre do município de Foz do Iguaçu, no sentido de expor os pontos de feira no município e os processos que as originaram e consolidaram até os dias atuais. Dessa maneira, foram utilizadas referências bibliográficas que tratam de estudar a questão da feira livre no Brasil em suas várias modalidades. Buscou-se de maneira sucinta abordar questões sobre a gestão pública e a segurança alimentar, assim como, fatos da história do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a gênese da feira livre no município de Foz do Iguaçu, não foi encontrado material bibliográfico registrado ou nenhuma evidência escrita, imagem ou relatos de história oral, que comprovassem a existência de feiras livres no município antes da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Atualmente, entre as categorias que classificam o feirante no regulamento da Feira Livre das Nações, o agricultor feirante não é contemplado.

A criação de uma legislação que formalize a feira livre no Brasil, como política nacional, que promova a organização das feiras, de maneira ampla e popular, aliadas à segurança alimentar, pode ser uma ferramenta no combate a fome.

A administração da feira livre de Foz do Iguaçu através da Fundação Cultural pode limitar seu desenvolvimento. Assim como é notório que a feira do município necessita que atores do setor público trabalhem em conjunto para solucionar problemas de gestão. Como recomendação, acredita-se que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento deveria ser responsável pela administração das feiras livres, para trabalhar a questão da segurança alimentar no município, pois teria mais condições e propriedade no assunto que a Fundação Cultural.

Portanto, buscou-se trabalhar a questão da gestão pública e a segurança alimentar, no sentido de explorar a feira livre em Foz do Iguaçu numa perceptiva que vai além do circuito de comércio de produtos.

REFERÊNCIAS

BARANOV, Tamára. **Carybé, entre deuses e sonhos**. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/tamara-baranov/carybe-entre-deuses-e-sonhos>> Acesso em: 15 Jun. 2017.

BELIK, Walter; CUNHA, Altiro R. A.de Almeida. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 2015.

BERNARDO, Teresinha. O candomblé e o poder feminino. **Revista de Estudos da Religião**, v. 2, 2005.

BRASIL. **Decreto n 22.831**, de 17 de Janeiro de 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006.

BRASIL. **Lei nº 185**, de 14 de Janeiro de 1936.

BRASIL. Paraná. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **Lei nº3427**, de 28 de fevereiro de 2008.

CANDIDO, Mariana P. Os agentes não europeus na comunidade mercantil de Benguela, c. 1760-1820. **Sæculum—Revista de História**, n. 29, 2013

CATAIA, Márcio; DA SILVA, Silvana Cristina. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.

CARUSO, Raimundo C. **Desafios de Foz do Iguaçu: educação, saúde, segurança**. 2011.

COÊLHO, Jackson Dantas; PINHEIRO, José César Vieira. **Grau de organização entre os feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará**. 2009.

CORRÊA, R. A. IDS-FOZ DO IGUAÇU: **índice de desenvolvimento sustentável local**. 1. ed. Cascavel – PR: Unioeste, 2015. pg.205.

DORIGON, Clovis. O mercado informal dos produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO**, v. 5, 2010

FOLHA DE SÃO PAULO. **Feiras Livres Antigas**. 2017. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/21888-feiras-livres-antigas#foto-351053>.> Acesso em: 20 Jun. 2017.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016.

FOZ DO IGUAÇU. Câmara Municipal. **PROJETO DE LEI Nº 20/2008, 28 de fevereiro de 2008**. Dispõe sobre a oficialização da Feira Livre das Nações no Município de Foz do Iguaçu, e dá outras providências. Autor: Vereador Djalma Pastorello. Disponível em: <<http://www.camarafoz.pr.gov.br/pdf/projetos/685.pdf>> Acesso em: 15. Dez. 2016.

GRIMM, Flavia. Teoria dos circuitos da economia urbana: debates e contextos preliminares. **Encontro Nacional dos Geógrafos**, v. 6, p. 1-10, 2010.

IBGE – CIDADES. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=4108304>> acessado em: 18 de Mar 2017.

JUNQUEIRA, Hélio; PEETZ, Marcia. **100 Anos de Feiras Livres na Cidade de São Paulo**. 2015. 312 p.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua História**. 2001

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **As colônias de imigrantes na Província do Paraná, 1854-1889**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MALUF, Renato Sérgio. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. Pólis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, 1999

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno “Segurança Alimentar”. **Paris: FHP**, 2000.

MENDONÇA, Adelaide Rodrigues de. **O cotidiano da Bahia nas décadas 50 a 90 na pintura de Carybé**. 2013.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. **A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB)**. 2009. UNILA, Trabalho de Conclusão de Curso.

OLIVEIRA, Nara. **Foz do Iguaçu Intercultural–Cotidiano e narrativas da alteridade**. Foz do Iguaçu, PR: Epígrafe, 2012.

PAIVA, Carlos Águedo. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU**. Foz do Iguaçu, PR. 2014.

PIERRI, MCQM; VALENTE, ALEF. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: **CONGRESSO DA SOBER**. 2010.

CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. Toledo. 2016 – 2019.

PIRES, João Henrique Souza, PIRES, João Henrique Souza, ZANELLA, Flávia, OLIVEIRA, Maria. **COSTUMES ALIMENTARES DOS BARRAGEIROS**

RESIDENTES NA VILA C, FOZ DO IGUAÇU, PR: editora parque Itaipú, 2012.

RED RURAL. **A Central de Hortifrutigranjeiros e Feirantes do Paraguai.** Agriculturas. v. 13 – n. 3. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** 1995.

RIGON, Sílvia A., BÓGUS, Cláudia M.. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: das Concepções Norteadoras ao Início dos Processos de Consolidação. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe.** 2016.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas.** Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 53, p. 35-39, 1977.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO. **História das Feiras Livres.** 2017. Acesso em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/feiras_livres/index.php?p=6637> Acesso em: 10 Abr. 2017.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO, FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1991.** Rio de Janeiro. 1991.

SEBRAE. **Sacolão.** 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-sacolao,b5b87a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em: 20 Jun. 2017.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar. **Revista de História Regional**, v. 14, n. 2, 2010.

STALCUP, Mary Margaret; STALCUP, Meg. **Plantas de uso medicinal ou ritual numa feira livre no Rio de Janeiro, Brasil.** 2000.

STEFANUTTI, Paola. **DO COUVERT AO CAFÉ: PESCADORES, MEMÓRIAS E COMIDAS.** Foz do Iguaçu, PR. 2015.

SOBRE CARUARU. 2017. Disponível em: <<https://www.caruaru.pe.gov.br/sobre-caruaru>> Acesso em: 15 Jun. 2017.

VAROTTO, Luís Fernando. **História do varejo.** **GV-executivo**, v. 5, n. 1, p. 86-90, 2006.

VICTAL, JANE; ARAUJO DE SOUZA, ADELITA. A URBANIZAÇÃO DE FRONTEIRA E AS RELAÇÕES LATINO-AMERICANAS. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 1, 2011.

WICINOVSKI, João Pedro. Feira popular da produção familiar na Vila C em Foz do Iguaçu, PR: do projeto à perspectiva de desenvolvimento local. 2015.

ANEXO A: Declaração do Feirante na Secretária da Fazenda

DECLARAÇÃO

Eu
CPF....., RG....., residente e domiciliado a
Rua/AV....., nº.....
Bairro..... Declaro para fins de atendimento ao
Decreto....., que irei comercializar as seguintes mercadorias:

.....
.....
.....

Declaro também as mesmas são provenientes de/das:
.....
.....

Ruas que costumam vender:.....
.....
.....

Por ser a expressão da verdade firmo a presente.

Foz do Iguaçu,/...../.....

Assinatura do contribuinte.

Anexo B: Termo de Compromisso do Feirante na Secretária da Fazenda

Print Form



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IX - LEI COMPLEMENTAR Nº 082

MODELO PADRÃO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

Nome do solicitante da Licença _____

Qualificação _____

Endereço completo _____

Telefone _____

Vem perante este Município de Foz do Iguaçu DECLARAR, para os devidos fins de direito, que possui conhecimento acerca da legislação em vigor a respeito da proibição do trabalho infantil e dos dispositivos legais que protegem o adolescente trabalhador, em especial no que se refere às piores formas de exploração do trabalho infantil, destacando-se a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Declaro ainda, o recebimento de material informativo sobre os direitos da criança e do adolescente, inclusive quanto ao trabalho infantil e suas piores formas e trabalho do adolescente.

Fui amplamente informado das penalidades existentes no Direito Pátrio, comprometendo-me a seguir os ditames legais, sob pena de, em cometendo ato contrário à legislação que protege o direito da criança ou do adolescente, conforme a constatação da fiscalização municipal, Conselho Tutelar e demais autoridades competentes, desde já estou ciente da IMEDIATA CASSAÇÃO da Licença de Localização e Funcionamento pela Municipalidade, sem prejuízo dos procedimentos cíveis e criminais cabíveis.

Comprometo-me, ainda, a ser multiplicador da legislação que proíbe a exploração do trabalho infantil e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, bem como da legislação que protege o adolescente trabalhador.

Desde já autorizo a afixação de cartazes ou similares em meu estabelecimento, a fim de que proporcionem publicidade dos dispositivos legais mencionados ou de campanhas alusivas aos temas.

Era o que tinha a declarar.

Foz do Iguaçu, em _____

Declarante

LEI Nº 3427 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008



**DISPÕE SOBRE A
OFICIALIZAÇÃO DA
FEIRA LIVRE DAS
NAÇÕES NO MUNICÍPIO
DE FOZ DO IGUAÇU, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente promulgo, nos termos dos §§ 7º e 8º, do art. 49 da **Lei Orgânica** Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica oficializada, no Município de Foz do Iguaçu, a Feira Livre das Nações.

§ 1º A Feira de que trata esta Lei agregará as feiras livre e a de artesanato da Praça das Nações.

§ 2º O espaço destinado à Feira Livre das Nações compreende a Rua Arquiteto Décio Luiz Cardoso - 3ª Pista da Avenida Juscelino Kubitscheck, e funcionará aos domingos das 07 às 19 horas.

§ 2º O espaço destinado à Feira Livre das Nações compreende a Rua Arquiteto Décio Luiz Cardoso e o trecho da pista da Av. Juscelino Kubitscheck, incluído o canteiro central, no sentido Av. República Argentina/Avenida Jorge Schimmelpfeng, com funcionamento aos domingos no horário compreendido das 5 às 13 horas. (Redação dada pela Lei nº 3451/2008)

§ 3º O Poder Executivo Municipal deverá providenciar banheiros públicos para uso dos feirantes e visitantes da Feira.

Art. 2º A Feira de que trata esta Lei se destina, além da venda dos produtos comuns às feiras livres, à exposição e comércio de produção artesanal de pessoas residentes em Foz do Iguaçu, ficando vedada a comercialização de produtos adquiridos na informalidade.

Parágrafo Único. O artesão deverá ter residência em Foz do Iguaçu, comprovadamente, há pelo menos 12 (doze) meses contínuos e estar cadastrado no órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Cada feirante ou artesão terá direito ao espaço de uma barraca e ficará responsável em manter permanentemente limpa a sua área de atuação, acondicionando o produto da limpeza em sacos plásticos, dispondo-os em locais e horários determinados para recolhimento, em recipientes contendo letreiros de fácil leitura com os dizeres: "lixo orgânico" e "lixo seco", sob pena de aplicação de multa.

Parágrafo Único. No caso do não recolhimento de multa que tenha sido imposta, fica o inadimplente sujeito ao cancelamento de sua matrícula no Município.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal da Fazenda a fiscalização quanto aos produtos comercializados na Feira Livre das Nações, inclusive quanto à sua origem, observada a vedação constante no art. 2º.

Art. 5º O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.


Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.019, de 23 de dezembro de 2004.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, 28 de fevereiro de 2008.

Carlos Juliano Budel
Presidente

Anexo D: Cadastro Municipal do Contribuinte – CM e o Documento Unico de Cadastro - DUC

		PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE RECEITA DOCUMENTO ÚNICO DE CADASTRO-DUC Cadastro Municipal de Contribuintes-CMC					
01-CMC		02-CNPJ/CPF		03-DATA INÍCIO DE ATIVIDADES		04-DATA ENCERRAMENTO ATIV.	
05 - NATUREZA DO PEDIDO							
<input type="checkbox"/> 5.1 INSCRIÇÃO P/ DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO (Somente para Autônomos não estabelecidos e empresas sem estabelecimento)							
5.2 - INSCRIÇÃO E LICENÇA							
<input type="checkbox"/> a) Localização <input type="checkbox"/> b) Eventual <input type="checkbox"/> c) Provisório <small>Empresarial</small> <input type="checkbox"/> d) Social <input type="checkbox"/> e) Ambulante <input type="checkbox"/> f) Rural <input type="checkbox"/> g) Feirante							
<input type="checkbox"/> 5.3 ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE		<input type="checkbox"/> 5.4 INCLUSÃO DE ATIVIDADE		<input type="checkbox"/> 5.5 EXCLUSÃO DE ATIVIDADE		<input type="checkbox"/> 5.6 ALTERAÇÃO DE SÓCIOS	
<input type="checkbox"/> 5.7 ALTERAÇÃO ENDEREÇO		<input type="checkbox"/> 5.8 ALTERAÇÃO DO CONTADOR					
<input type="checkbox"/> 5.9 EXCLUSÃO / BAIXA CMC <input type="checkbox"/> 5.10 REATIVAÇÃO / REINÍCIO DE ATIVIDADE <input type="checkbox"/> 5.11 OUTROS:							
06-NOME EMPRESARIAL, FIRMA INDIVIDUAL OU NOME COMPLETO QUANDO AUTÔNOMO							
07-NOME DE FANTASIA							
08-ENDEREÇO (Tipo e nome do logradouro)						8.1-NÚMERO	8.2-COMPLEMENTO
09-BAIRRO				10-CEP	11-TELEFONE		12-FAX
13-MUNICÍPIO						13.1-UF	
14-CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE PRINCIPAL							
14.1- CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES SECUNDÁRIAS							
15-TIPO							
<input type="checkbox"/> 1-EXTRATIVISMO		<input type="checkbox"/> 2-INDÚSTRIA		<input type="checkbox"/> 3-COMÉRCIO		<input type="checkbox"/> 4-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
<input type="checkbox"/> 5-COMÉRCIO E SERVIÇOS							
16- N.I.R.E. NA JUNTA COMERCIAL / N°. DO CARTÓRIO E LIVRO		16.1 DATA		17-N°. DA INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA		18-ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	19-ÁREA ABERTA (m ²)
20-CARACTERÍSTICAS							
<input type="checkbox"/> 1- Matriz		<input type="checkbox"/> 2- Filial		<input type="checkbox"/> 3- Extensão		<input type="checkbox"/> 4- Outros:	
21-NÚMERO DE SÓCIOS				22-NÚMERO DE EMPREGADOS			
23 - SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS - Relação de profissionais, sócios ou não e nível de qualificação (01 = Nível Superior e 02 = Nível Técnico/Médio)							
NÍVEL		NOME				CPF/MF	
24-AUTÔNOMOS (Nível de Qualificação)							
<input type="checkbox"/> Nível Superior		<input type="checkbox"/> Nível Médio/Técnico		<input type="checkbox"/> Sem habilitação específica			
25 - HOSPITAL: N°. LEITOS		26-DIVERSÕES PÚBLICAS SIM / NÃO		27-ATIV. RELACIONADAS COM EXPLOSIVOS SIM / NÃO		28-ATIV. RELACIONADAS COM INFLAMÁVEIS SIM / NÃO	
29-NATUREZA JURÍDICA / FORMA DE CONSTITUIÇÃO							
01-REGISTRO NO CRC (UF/N°)		02-INSCRIÇÃO CPF/MF		03-N°. TELEFONE		04-N°. FAX	
30 - CONTABILISTA							
05-NOME							
06-ENDEREÇO (Tipo e nome do logradouro)						6.1-NÚMERO	6.2-COMPLEMENTO
07-BAIRRO / DISTRITO				08-MUNICÍPIO		09-UF	10-CEP
11-ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-mail)				12-PÁGINA NA WEB			

31-Sócio Gerente / Administrador	01-NOME COMPLETO (Sem abreviações)			02-INSCRIÇÃO NO CPF/MF	
	03-ENDEREÇO RESIDENCIAL (tipo, nome, número e complemento do logradouro)			04-BAIRRO / DISTRITO	
	05-MUNICÍPIO	06-UF	07-CEP	08-TELEFONE	09-FAX
	10-ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-mail)				
32-SÓCIOS QUOTISTAS (ou Diretores, quando não houver sócios)	Seq.	NOME ou RAZÃO SOCIAL			INSCRIÇÃO NO CPF/MF ou CNPJ
	01-				
	02-				
	03-				
	04-				
	05-				
	06-				
	07-				
	08-				
	09-				
	10-				
	11-				
12-					
33-TERMO DE COMPROMISSO	AUTORIZAÇÃO PARA CADASTRAMENTO E LIBERAÇÃO DE SENHA PARA DECLARAÇÃO DO MOVIMENTO ECONÔMICO RELATIVO À PRESTAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA FORMA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Preencher apenas para os casos de empresas novas e/ou contadores não cadastrados no Município) O requerente abaixo identificado autoriza o encaminhamento de senha no e-mail informado, para acesso aos serviços disponibilizados via internet, para si, e/ou para o responsável técnico, para o que se declara ciente e assume total responsabilidade pela guarda e utilização da senha, comprometendo-se a fazer uso adequado das informações a que tiver acesso, observando os aspectos legais, morais e éticos, bem como se responsabilizando, para todos os fins de direito, por eventuais danos causados pela utilização indevida, ficando ciente que o encaminhamento de uma única senha, para a empresa ou para o responsável técnico, para o e-mail informado.				
	AUTORIZAMOS A LIBERAÇÃO DE SENHA PARA OS E-MAILS INFORMADOS ABAIXO:				
	Empresa: _____ E-mail: _____ Assinatura: _____			Contabilista: _____ E-mail: _____ Assinatura: _____	
34-RESPONSÁVEL	DECLARO SEREM AUTÊNTICOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS E VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS				
	01 - NOME			02 - RG - NÚMERO / ESTADO	
	03 - INSCRIÇÃO NO CPF/MF		04 - CARGO NA EMPRESA		
	05 - LOCAL		06 - DATA	07 - ASSINATURA (Com reconhecimento de firma)	
35-REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA	PARECER DA DIVISÃO DE EMISSÃO DE LICENÇAS - DVELI		DECISÃO		
	01 - FACE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA E AS DILIGÊNCIAS EFETUADAS SOMOS DE PARECER QUE O PEDIDO DEVE SER: <input type="checkbox"/> ATENDIDO <input type="checkbox"/> NÃO ATENDIDO		05 - ANALISANDO OS PROCEDIMENTOS REGULAMENTARES E DOCUMENTOS APRESENTADOS EM RELAÇÃO AO PEDIDO, DECIDO: <input type="checkbox"/> DEFERIR <input type="checkbox"/> INDEFERIR		
	02 - JUSTIFICATIVA		06 - JUSTIFICATIVA		
	03 - DATA	04 - ASSINATURA		07 - DATA	08 - ASSINATURA